



DEFENSOR JURÍDICO

Caderno de Prova: Prova Discursiva e Prática

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO

1. Não se comunique, em hipótese alguma, com outros candidatos.
2. Solicite a presença do fiscal em caso de necessidade.
3. Verifique se este caderno contém **CINCO** questões, sendo **QUATRO** questões discursivas e **UM** enunciado para elaboração de peça prática, acompanhados de espaço para rascunho.
4. Confira os dados e, havendo erro, solicite ao aplicador a correção na Ata da Sala.
5. Será permitida, na prova discursiva, a consulta à legislação seca, não comentada ou anotada.
6. Não se comunique com outros candidatos, nem se levante sem autorização do fiscal de sala.
7. Na duração da prova está incluído o tempo destinado à identificação que será feita no decorrer da prova, à transcrição dos textos para o caderno de texto e à conferência do material de consulta.
8. Assine à CANETA no espaço indicado.
9. Nenhuma folha deste caderno de prova poderá ser destacada.
10. O Caderno de Texto Definitivo da prova discursiva não pode ser assinado, rubricado, nem conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que o identifique, sob pena de anulação da prova.
11. A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou no caderno de textos definitivos, poderá implicar a anulação de sua prova.
12. Caso haja algum problema, solicite ao aplicador a substituição deste caderno, impreterivelmente, até 15 minutos após o início da prova, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
13. Após uma hora do início da prova, o candidato poderá se retirar sem levar o caderno de questões. Para isso, você deverá chamar a atenção do aplicador levantando o braço. Ele irá até você para recolher sua FOLHA DE RESPOSTAS (GABARITO) e este CADERNO DE PROVAS. A saída com o CADERNO DE PROVAS somente ocorrerá após três horas e quarenta e cinco minutos do início das provas.
14. Recolha seus objetos, deixe a sala, e em seguida o prédio. A partir do momento em que você sair da sala, e até sua saída do prédio, não lhe será permitido o uso dos sanitários.

Terá sua prova anulada e será automaticamente eliminado do processo seletivo o candidato que durante a sua realização for surpreendido portando (mesmo que desligados) quaisquer aparelhos eletrônicos, tais como: bip, telefone celular e/ou smartphone, relógio de qualquer espécie, walkman, notebook, ipod, ipad, tablet, pendrive, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, chaves integradas com dispositivos eletrônicos, controle de alarme de carro e moto, controle de portão eletrônico etc., bem como quaisquer acessórios de chapelaria e ainda lápis, lapiseira/grafite, borracha, caneta em material não transparente, óculos de sol (exceto com comprovação de prescrição médica), qualquer tipo de carteira ou bolsa e armas.

Duração total desta prova, incluindo o preenchimento da FOLHA DE RESPOSTAS (GABARITO): QUATRO HORAS

QUESTÃO 01
(Valor: 0 a 12,50 pontos)

Qual a relação entre os direitos e garantias previstos na Constituição Federal de 1988 com a teoria do fato consumado e suas implicações nas demandas promovidas por universitários que não preencham requisitos para obter matrícula ou se formar em determinado curso?

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

QUESTÃO 02
(Valor: 0 a 12,50 pontos)

Roger Waters impetrou mandado de segurança contra ato do Reitor de instituição de ensino superior localizada no município de Rio Verde/GO, junto à Subseção Judiciária Federal daquela cidade, objetivando ordem liminar para que seja transferido do campus da cidade de Rio Verde/GO para o campus da cidade de Aparecida de Goiânia/GO.

Diante do enunciado, responda:

a) A justiça federal possui competência para processar e julgar o mandado de segurança impetrado por Roger Waters? Explique e fundamente.

b) Qual seria o foro competente caso Roger Waters tivesse ajuizado ação de conhecimento contra a instituição de ensino superior? Explique e fundamente.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

QUESTÃO 03
(Valor: 0 a 12,50 pontos)

Couvemar Albuquerque da Horta, sujeito humilde e sem qualquer patrimônio, adquiriu de Alfacemar dos Santos, há quinze anos, posse de um terreno urbano, com área total de 200m², situado na Rua Quero-Quero, nº 12X, Bairro da Luz em Rio Verde – GO, local onde fixou seu domicílio, fazendo ali sua morada e horta. Neste período, a posse foi exercida ininterruptamente e consecutiva, de forma pacífica e mansa, sem qualquer impugnação.

A posse de Couvemar é comprovada documentalmente, e por ser uma pessoa ordeira e organizada, possui os comprovantes de pagamento de Água e Energia da última década, assim como dos impostos.

Contudo até a presente data Couvemar não conseguiu regularizar a situação do imóvel, nem mesmo através de acordo, portanto não tendo adquirido ainda a propriedade do imóvel por documentação oficial.

Considerando que o senhor Couvemar é uma pessoa pacífica, mansa, humilde, que quer atender as tendências do direito nacional de desjudicialização do direito e ele o procura na condição de advogado (defensor) para que seja tomada a medida cabível para aquisição da propriedade, responda:

Qual a solução cabível para o caso de Couvemar Albuquerque da Horta e quais os documentos indispensáveis para tomada da medida? Explique fundamentadamente.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

QUESTÃO 04
(Valor: 0 a 12,50 pontos)

Tício e Ticiane eram casados, porém, considerando que o marido era muito ciumento, Ticiane decidiu se divorciar de Tício. Ocorre que Tício não se conformava com a separação e então passou a seguir Ticiane, com o intuito de verificar se ela tinha outro relacionamento amoroso. Certo dia, pela manhã, Tício encontrou Ticiane em um ponto de ônibus e, próximo a ela, também se encontrava um rapaz desconhecido deles, chamado José, o qual apenas aguardava a condução para se deslocar ao trabalho. Imediatamente, Tício se deslocou até o ponto de ônibus e, com socos e pontapés, agrediu fisicamente Ticiane e José. Após as agressões físicas, Tício deixou o local proferindo ameaças de morte contra sua ex-esposa. Logo em seguida, Ticiane e José foram até a Delegacia de Polícia para a adoção das providências cabíveis. As vítimas relataram o ocorrido ao Delegado de Polícia, o qual colheu os depoimentos deles e solicitou que retornassem no turno vespertino para que realizassem o exame pericial de corpo de delito. No horário agendado, o exame pericial foi realizado, sendo constatadas pelo perito apenas lesões corporais leves em ambas as vítimas. Ocorre que, logo após a realização do exame pericial, Ticiane e José procuraram novamente o Delegado de Polícia e, mudando de ideia, disseram que não queriam mais que Tício fosse processado. Nesse ínterim, Tício procurou um(a) defensor(a) jurídico(a), em busca de esclarecimentos.

Considerando apenas a situação narrada, na condição de defensor(a) jurídico(a) de Tício, esclareça os seguintes questionamentos:

a) É possível a retratação por parte de José em relação ao crime de lesão corporal leve praticado contra ele? Em caso positivo, a lei impõe algum limite temporal para a retratação? Explique e fundamente.

b) É possível a retratação por parte de Ticiane em relação aos crimes de lesão corporal leve e de ameaça praticados contra ela? Em caso positivo, a lei impõe algum limite temporal ou alguma formalidade especial para a retratação? Explique e fundamente.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

PEÇA PRÁTICA PROFISSIONAL
(Valor: 0 a 50 pontos)

João, brasileiro, casado, servidor público, residente e domiciliado em Rio Verde, Goiás, maior e capaz, é fruto do relacionamento amoroso entre Geovane, já falecido, e Lara, desempregada. Ocorre que em razão de desentendimentos havidos entre o casal à época do nascimento de João, em 21 de fevereiro de 1997, sua genitora realizou o registro civil sem constar o nome do genitor, que veio a falecer em 21 de dezembro de 1997, não tendo havido oportunidade de correção da ausência do nome do pai na certidão de João, e sem deixar outros filhos. Conhecedores do nascimento de João, os pais de Geovane, após o óbito de Geovane, autorizaram verbalmente a genitora a morar naquele que afirmaram ser o único imóvel deixado pelo falecido, um barraco simples e em péssimas condições, situado na Rua X, na cidade de Rio Verde. E desde então, é público e notório que João é tratado como neto por Francisco e Maria, pais de Geovane, recebendo inclusive uma pequena ajuda financeira dos avós paternos. Contudo, ao completar 18 anos, incomodado com os diversos transtornos decorrentes da ausência do nome do pai em seus documentos, João ajuizou Ação de Investigação de Paternidade *post mortem* c/c retificação de Registro Civil, em 10 de junho de 2015, que recebeu sentença de procedência do reconhecimento de paternidade, em 18 de fevereiro de 2016, nos autos do processo n. Y/2015. Uma vez transitada em julgado a sentença de procedência do reconhecimento de paternidade, a certidão de nascimento de João foi modificada conforme comando sentencial, passando a constar no referido documento o nome do falecido, como seu genitor. Necessário salientar que desde o ajuizamento da Ação de Investigação de Paternidade, os avós paternos de João cortaram relação com o neto, deixando inclusive de prestar a pequena ajuda financeira que sempre foi de fundamental importância para a subsistência de João, tendo em vista que sua genitora, em razão de severos problemas de saúde, encontra-se desempregada. Contudo, ao procurar o inventário do seu falecido pai, João verificou que quando do momento do óbito, Geovane não deixou apenas um bem, como afirmado à época pelos pais de Geovane, mas sim seis bens imóveis, conforme destacado nas declarações iniciais do processo de inventário nº X/1998, que tramitou e foi julgado na 1ª Vara de Sucessões da Comarca de Rio Verde, com sentença homologatória do formal de partilha proferida no dia 21 de junho de 1998, que reduziu a termo, nos autos do inventário a partilha amigável, acordada entre os herdeiros aparentes, Francisco e Maria. O inventariante na época foi Francisco, avô de João, que juntamente com Maria, avó de João, silenciaram sobre a existência de um herdeiro necessário e herdaram todo o patrimônio deixado pelo falecido, haja vista que não havia qualquer registro constando que o falecido deixava herdeiros, de forma que João foi preterido do seu direito de herdar. João descobriu, através das certidões de cadeias sucessórias dos imóveis listados nas declarações iniciais do inventário, que cinco dos imóveis permanecem na posse e propriedade dos referidos avós paternos e o sexto imóvel, o qual é moradia de João e sua mãe, ainda está no nome do falecido. Em 13 de maio de 2016, João compareceu ao Núcleo de Prática Jurídica da Universidade de Rio Verde, solicitando aconselhamento jurídico.

Na qualidade de Defensor Jurídico, elabore a peça processual cabível para a defesa dos interesses de seu cliente, indicando seus requisitos e fundamentos, nos termos da legislação vigente, apresentando os argumentos jurídicos apropriados e a fundamentação legal pertinente ao caso.

Obs.: A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.



01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	